

Isonomia tem apoio dos civis

Os servidores civis de organizações militares também reivindicam melhores salários, a exemplo dos militares, que pretendem entregar em dezembro próximo ao presidente José Sarney um estudo sobre a situação salarial dos militares. Segundo o presidente da Associação dos Servidores Civis de Organizações Militares do Brasil (Ascombra), Carlos André Cursino Roriz, a defasagem salarial destes funcionários está na ordem de 300 por cento.

A situação dos civis que servem órgãos militares é tão grave, disse André Cursino, que muitos lamentam os feriados como o do dia 12 de outubro, "por não poderem almoçar no rancho e ter que ir para casa sem saber o que vai comer".

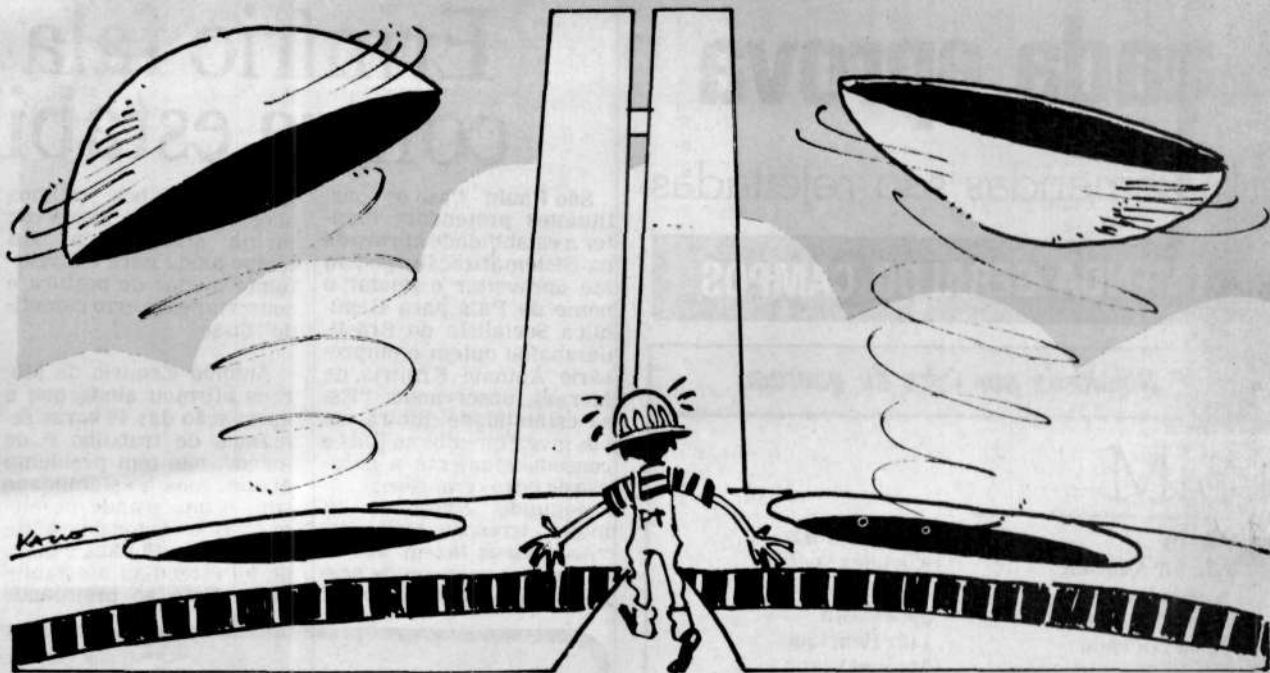
O presidente da Ascombra, criada há cerca de dois meses, lembrou que os servidores civis se acostumaram a não reclamar da situação precária em que vivem nos organismos militares com medo do desemprego. Agora, no entanto, amparados pela Associação, eles passam a reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

Além de salários inferiores aos militares, ausência de convênios em postos de saúde e hospitais, os civis não têm perspectiva de ascensão funcional a cargos de chefia, com exceção do setor jurídico", argumentou André Cursino.

Covas volta a Brasília em 3 semanas

São Paulo - Dentro de três semanas o senador Mário Covas reassumirá a liderança do PMDB na Constituinte. Essa previsão é do próprio Covas, com base nos resultados dos últimos exames realizados no Instituto do Coração, que o liberaram inclusive para fazer visitas e não apenas recebê-las.

Operado no dia 19 de setembro, quando recebeu duas pontes de safena e uma mamária, o senador Mário Covas tem acompanhado os acontecimentos políticos "sem muito fanatismo", como dizem seus assessores. Ele está se poupando para retornar o quanto antes à Constituinte.



Câmara e Senado deixam um vazio no Congresso

Não há espaço para a discussão dos graves problemas nacionais — queixam-se deputados e senadores. No Senado, 15 indicações de embaixadores, feitas entre julho e setembro últimos, aguardam votação, assim como projetos importantes — o que trata da proteção da propriedade intelectual sobre programas para computadores e sua comercialização no País é um exemplo. No Congresso, nenhum decreto-lei foi apreciado. A falta de quorum é uma constante. Estas são algumas das consequências do funcionamento precário da Câmara, do Senado e do Congresso, durante o período constituinte.

Um dos deputados que mais defenderam prioridade absoluta para a Constituinte, com a redução ao máximo das atividades da Câmara, Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), baseou-se, para sustentar sua tese, no pressuposto de que a Assembleia iria aprovar uma forma de projeto de decisão que lhe possibilitasse "interferir no dia-a-dia" sempre que necessário. Como isso não ocorreu, o representante do PT sente a falta de uma tribuna para o levantamento de questões nacionais importantes:

—Acontece um fato gravíssimo como este, o acidente nuclear, em Goiânia, ou então o presidente

Sarney diz que quer governar sem limitações, e não temos como repercutir — afirmou Plínio de Arruda Sampaio, observando que as questões que interessam mais de perto à população não estão sendo discutidas pelos deputados.

A mesma preocupação foi manifestada, pelo senador Jamil Haddad (PSB/RJ), para quem subir à tribuna do Senado é a oportunidade para se levantar "os problemas do dia-a-dia":

—Agora mesmo estamos vivendo um arrocho salarial, produtos estão tendo seus preços aumentados, e não temos onde tratar disso. Um problema sério, recente, foi o fato de que o presidente da Autolatina ter dito que não vendia mais e ser recebido pelo governo, enquanto o trabalhador luta por melhores salários e é reprimido. Isso demonstra que o governo está claramente ligado à classe produtora, à elite financeira, e se não pudermos dispor da tribuna do Senado para denunciar esses fatos, às vezes a população nem toma conhecimento deles.

Haddad disse também que a Constituinte tem impedido que o Congresso vote decretos-leis lesivos à Nação, e lembrou que o Plano Cruzado I acabou sem que os decretos-leis que o compunham tives-

sem sido apreciados pelos parlamentares.

Atualmente, tramitam no Congresso 125 decretos, dos quais 59 baixados pelo presidente Sarney, não incluídos ainda os 26 relativos ao Plano Bresser. Entre os principais, estão o que institui o empréstimo compulsório "para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo", os que tratam da desindexação da economia, e um que dispõe sobre as licitações e contratos da administração federal.

Este ano, nenhum decreto-lei foi votado. Dezoito decretos foram aprovados por decurso de prazo — sem serem, portanto, apreciados. Desde que a Constituinte foi instalada, o presidente Sarney já encaminhou ao Congresso 41 decretos-leis. Tramitam ainda 55 vetos e 3 aguardam leitura, e duas propostas de emenda à Constituição. Em março, o Congresso reuniu-se apenas duas vezes, para sessões solenes e de abril até agora mais outras 38 vezes, enfrentando sempre a falta de quorum, problema agravado desde que a Comissão de Sistematização começou a se reunir para votar o projeto constitucional.

O Senado, antes da votação na Comissão de Sistematização, ainda conseguiu aprovar 23 projetos de lei da Câmara, 6 do Senado,

155 projetos de resolução, 2 projetos de decreto legislativo e 26 nomes de embaixadores e ministros de tribunais. Realizou dezoito sessões ordinárias e 48 extraordinárias, mas agora enfrenta problemas para se reunir; tem em pauta além das indicações de embaixadores, dez projetos do Executivo, entre os quais — que trata da venda dos imóveis funcionais, quatro que dependem de deliberação sobre se devem ter prosseguimento (por serem muito antigos), 53 projetos de decreto legislativo, relativos a acordos e convenções internacionais, empréstimos e doze projetos de lei da Câmara — entre eles o que autoriza a Petrobrás a participar do capital de outras sociedades, e os que tratam da liquidação de débitos previdenciários de sindicatos e entidades esportivos.

Na Câmara, a situação não é diferente: estão prontos para a Ordem do Dia 1894 documentos — entre projetos de lei, requerimentos de convocação e informação, projetos de resolução, mensagens do Executivo e projetos de decreto legislativo. Os requerimentos de convocação destinam-se a obter esclarecimentos dos ministros sobre a Ferrovia Norte-Sul, a implantação de zona de processamento de exportação e a situação da moratória e das reservas brasileiras, entre outros temas.